

Frequência e conclusão do Ensino Secundário na RAM

Desde a publicação no DN de 14/07, a SREC sempre e **exclusivamente** contestou os números indicados e salientados no Diário. Recorde-se que a primeira página a toda a sua largura referia que 114 mil jovens não tinham concluído o Ensino Secundário.

Nunca a SREC colocou em causa o estudo, a autora, os orientadores, o júri do doutoramento e a entidade que os enquadrou.

Terá sim, para além dos números, contestado o Diário que publicou, sem crítica e sem contraditório na mesma edição, bem como os comentadores de circunstância (políticos) que, distraidamente, assumiram os números, dando-os como bons e, com base neles, penalizaram as políticas seguidas pelo Governo Regional.

Mas a SREC não se inibiu de afirmar que serão esses mesmos números (por si, apenas) que poderão colocar em causa o estudo, a autora, os orientadores, o júri e a entidade que a todos enquadrou. Ou seja, e clarificando bem, não a SREC, mas os próprios números.

O que se terá passado? Na presença dos números apurados, alguém terá visto uma enorme oportunidade de arremessar uma “bomba” pública. Nessa cegueira não foram capazes de ser minimamente críticos em relação à dimensão do absurdo matemático que ali estava. Assim, esses terão colocado em causa muita gente, começando pela autora do estudo que se vê publicamente fragilizada perante tanta enormidade numérica colocada publicamente. Mas não só...

Uma pergunta simples a qualquer departamento da UMA com competências na Matemática ou na Estatística sobre os números apurados neste estudo, deverá motivar um longo e comprometedor silêncio.

Infelizmente esta matéria é de muito difícil tratamento. Não pode ser feito em cima do joelho por quem esteja menos preparado para lidar com números, estatísticas e conceitos de difícil absorção.

Ora, utilizando apenas os dados do INE referentes à população da RAM, por anos de nascimento e os índices obtidos em CENSUS 2001 – também publicados pelo INE (daí para cá só poderão ter melhorado), referentes ao “abandono” e “saída precoce”, estamos em condições de afirmar que:

O número de jovens que não terá concluído o Secundário e tinha idade para o efeito, ao longo dos 8 anos do estudo, será próximo dos **16 mil** e nunca **114.174** conclusão a que chega a autora do mesmo.

O número de jovens que não se terá sequer inscrito no Secundário, ao longo dos 8 anos analisados no estudo, será próximo dos **10 mil** e nunca **79.911** a que chega a autora do mesmo.

O número de jovens que se terá inscrito no Secundário e não o terá concluído, ao longo dos 8 anos analisados no estudo, será próximo dos **6 mil** e nunca **34.263** a que chega a autora do mesmo.

A percentagem de jovens com 18-24 anos que indica (em sede de CENSUS) ter concluído o Secundário (em 2001) era de **50%**. Valor muito diferente dos **29%** a que

chega a autora do estudo. Inversamente, não **71%**, mas **50%** é que não o terão concluído. Notamos que este valor (50% que não concluiu o Secundário) é um valor que até pode ser considerado “antigo” pois foi apurado em 2001 e num inquérito feito aos jovens então com 18-24 anos e que já teriam saído da escola anos antes. E que daí para cá todos os indicadores (taxas de escolarização, sucesso e matrículas) apontam para a melhoria (acentuada) da situação.

Será que se mantêm válidas as críticas e as recomendações feitas com base nos números obtidos no estudo (e tão significativamente errados)?

Conhecido o capítulo 3 da tese de doutoramento (páginas 423 a 472), corajosamente divulgado junto dos partidos políticos e no site da UMa, temos que reconhecer que o trabalho do Diário foi extremamente fiel ao mesmo. Fica então, de lado, uma das possibilidades aventadas: a distorção dos valores do estudo, aquando da publicação. Isso não aconteceu.

É também factual que, até agora, ninguém ousou defender os números expressos na tese de doutoramento (que a SREC contestou).

Sabendo que, por aí, não há saída possível, as “vítimas” dos (próprios) números, preferiram entrincheirar-se na posição – inventada por si – de vítimas da SREC, procurando passar a mensagem que é a autora, a tese, os orientadores, o júri ou a UMa que são colocados em causa pela SREC. Não são. E apostam no peso institucional e académico dos intervenientes para branquear os erros.

E aproveitam para anotar (e o capítulo 3 é bastante exaustivo nesse processo) que os dados e informação base que permitiu chegar aqueles resultados tem origem na SREC, mais propriamente na DRPRE. Claro que, uma coisa é a informação de base, outra será aquilo que fazem com ela...

“...partir de cinco alhos e dez bugalhos, achar que os bugalhos são alfaces e procurar chegar a mil cenouras... não é possível. Sem culpa nenhuma para os alhos e bugalhos. Que misturados, ralados, somados ou multiplicados, nunca chegarão a cenouras. Muito menos, a tantas...”

Análise do Capítulo 3

Página 423

O ponto 3 inicia-se com uma descrição factual da população em cada extracto etário populacional.

Anote-se (para memória futura, na leitura deste texto) que é referido nesta página haver 21.442 jovens entre os 15 e 20 anos, na RAM, em 2001.

No terceiro parágrafo aparece a primeira “leitura” individual. E o primeiro equívoco. Refere-se haver uma “clara e significativa renovação populacional quando temos uma faixa dos 0 aos 5 anos superior às crianças existentes tanto dos 6-9 anos, como 10-11 anos e dos 12-14 anos”.

Ora não há nada disso! A redução demográfica é inexorável e contínua, mesmo que possam existir variações anuais pontuais no sentido inverso. O equívoco estatístico prende-se com a comparação quantitativa entre grupos de dimensão diferente: 0-5 anos

são seis anos, 6-9 quatro, 10-11 dois e 12-14 três. Ora seis anos de nascimentos somados serão sempre mais nascimentos do que 4, 2 ou 3 anos de nascimentos somados. Mesmo que haja redução anual. Daí que não há renovação populacional, quanto mais clara e significativa...

No quarto parágrafo mais uma afirmação estranha. Refere-se que será por termos 9% da população com entre 15 e 20 anos que “iremos ter uma percentagem elevada de trabalhadores sem ensino secundário”. Ora, isso será verdade por muitas razões, mas não por essa. Conclusão certa por “linhas tortas”.

Página 424

O gráfico 2 é estranho. População Activa dos 21 aos 65 anos e População Não-Activa (antes e depois dessa idade). Mais um conceito errado e uma relação inexistente. Pressupõe-se que é não-activa a população com determinadas idades e que é activa a restante. O critério da actividade é distinto do critério de idade. Não se confundem, nem têm as mesmas fronteiras. Existem activos com 16, ..., 19 e 20 anos bem como com 66 e 67 anos e mais...

O INE define claramente o que é População Activa. Basta consultar... e não se enganar.

No ponto 3.2 encontra-se a primeira referência à DRPRE (SREC). Diz-se que a média de idades em que os alunos concluem o Ensino Secundário é os 20 anos... pelo que o fazem com atraso expressivo.

É falso! De 6480 alunos no Ensino Secundário (Cursos Gerais + Tecnológicos) em 2001/2002 (diurno) apenas **274** têm 20 anos, **128** têm 21 anos, **64** têm 22 anos, sendo residuais as idades acima disso. Ao invés, **650** têm 19 anos, **1159** têm 18 anos, **2027** (distribuídos pelos 3 anos) têm 17 anos, **1837** (quase exclusivamente nos 10º e 11º anos) têm 16 anos e **1402** (quase só no 10º ano) têm 15 anos.

A idade 15-20 é aquela onde se encontram os jovens frequentadores do Secundário. Não só há muitos que terminam aos 17 e 18 anos (percurso educativo ideal, sem insucesso), como a média de terminus não é os 20 anos. Apesar de referir a DRPRE como fornecedora deste dado, não sabemos onde está publicada essa informação. A informação disponível (da DRPRE) apenas estratifica os alunos por idades e não o respectivo aproveitamento.

Página 425

Aqui faz-se referência a diferenças de informação a partir da DRPRE. Ora isso poderá acontecer se os números iniciais forem prévios (provisórios) e os finais definitivos (uma vez que em 2005 havia dados provisórios disponíveis para 2003/2004 e 2004/2005). Mais tarde, esses dados terão passado a definitivos, com algumas diferenças que resultam de apuramentos mais finos e nova informação acrescida. Mas também se refere que as diferenças eram mínimas. Daí que... seguimos em frente.

Começamos pelo Gráfico 3

O total de jovens indicado terá sido apurado a partir do número de jovens com 15 a 20 anos... Dados do INE. Que diz a autora serem as idades de conclusão do Secundário. Falso. São as idades de frequência (um dado factual) do Secundário. Com 15 e 16 anos não se conclui o Secundário. Frequenta-se o Secundário (10º e 11º ano, se sem qualquer insucesso escolar prévio).

Coloca esse número numa das barras do gráfico e identifica-se como o total de jovens da RAM. Correcto.

Na outra barra, coloca os alunos matriculados nesse ano no Secundário (dados DRPRE) e refere-se a jovens estudantes da RAM. Como é óbvio, é falso. No universo de estudantes com 15-20 anos, os estudantes da RAM não se limitam aos que estão no Secundário.

Faltam, em primeiro lugar, os Universitários. Os da UMA e muitos mais madeirenses nas Universidades do resto do País. Que não estão no Secundário (em cada ano analisado), mas que não abandonaram os estudos. São estudantes da RAM.

Mas, esquece também os alunos com 15 anos que não estão no Secundário por terem perdido um ano na sua frequência escolar ou 16 e que perderam dois anos. Que não estão (ainda) no Secundário, mas que lá chegarão... e todos os com 17 anos e que perderam 3 anos, os de 18 pois perderam 4 anos, etc.

Depois de algumas “voltas” concluímos haver muita confusão num conceito simples (também bem definido): as taxas brutas de escolarização. Mas se foi isso que se tentou ilustrar neste gráfico, falhou-se muito.

A **Tabela 1** é um mistério. Refere a data de nascimento (mas pelos vistos, refere-se ao ano) dos alunos no Secundário. Fomos tentar perceber os dados e o que se conclui a partir deles.

Ora, os nascidos em 1985, em 2002/2003 terão 17/18 anos e não outras idades (como refere a tabela). E é o ano esperado para encontrarmos a maioria dos alunos do Secundário. Nada de mais. Pois encontramos os de 12º ano que nunca chumbaram, os de 11º que chumbaram 1 vez e os de 10º ano que chumbaram duas vezes. E daqui nada se pode concluir. Os nascidos em 1986 não terão ainda chegado ao 12º e (muitos) de 1984 já estarão no Ensino Superior.

E este equívoco alarga-se em toda a Tabela 1. Depois, fazem-se análises e calculam-se médias estranhíssimas. Não considerando quantidades de alunos em cada idade (médias ponderadas à dimensão de cada grupo etário) e chegando-se a conclusões totalmente erradas e insustentáveis tais como “a média das datas de nascimento dos alunos inscritos é 1981, ou seja, 22/23 anos”. Uma afirmação sem sustentação, para além do português utilizado dar azo a muitas dificuldades de interpretação do que se pretende expor.

Página 426

É aqui que se inicia a saga dos números publicados pelo Diário.

“Na RAM apenas 51% dos jovens em idade de frequência (15-20 anos) no ensino secundário procederam às inscrições possíveis”.

E este valor não é sustentado em nenhuma referência... mas percebemos na página seguinte que se refere aos 79.911 casos apurados. Uma pescadinha de rabo na boca...

Começa-se por indicar que “82.881 jovens (totalidade das inscrições possíveis)”. Ora, esse número refere-se ao total das matrículas efectivas (e não possíveis) nos 8 anos analisados. Como é evidente, em cada ano, uma matrícula corresponde a um aluno, **mas em 8 anos, um aluno não é uma matrícula**. Podem ser 1, 2, 3, 4, 5 ou mais. Sabendo-se que, para conclusão do Secundário, no mínimo são necessárias 3 matrículas. Assim, não

há 82.881 jovens. Mas de forma nenhuma! Ora, partindo deste erro todos os números, deste capítulo, ficam hipotecados... E tudo se desenvolve sobre eles...

Aparentemente, o sucesso escolar médio determinado pela autora a partir dos dados da DRPRE é de 58%. Vai daí, “58% dos alunos terminam os seus estudos. 42% *deixaram* as escolas”. Um absurdo.

A verdade é que:

58% dos matriculados obtiveram sucesso no final do ano escolar.

42% não o obtiveram.

Algumas verdades não consideradas:

Um aluno que passou o 10º ano ou o 11º ano não concluiu os seus estudos. Tão só teve sucesso naquele ano.

Bem como um outro que perdeu o ano não deixa a escola forçosamente. Pode repeti-lo no ano seguinte.

Um aluno que chega ao 12º ano com uma cadeira chumbada não conclui o 12º ano. Não significa que abandone os estudos...

Então, resumindo os erros:

1) Somando matrículas de anos diferentes não se chega a alunos. Elas (matrículas) podem respeitar aos mesmos alunos, ano após ano.

2) Insucesso escolar num determinado ano não tem correspondência directa (muito longe disso) ao abandono de estudos. Pode ser um compasso de espera (repetição).

3) Sucesso escolar (por exemplo no 10º ano) não corresponde a conclusão de estudos.

4) Matrículas no 10º ano e no 11º ano não podem originar conclusão do Secundário nesse mesmo ano.

Mas a página não acaba sem mais um erro. Vai dali (42% abandonaram), multiplicam-se essas percentagens por 82.881 jovens (já vimos que eram matrículas) e chega-se a 34.263 jovens que nem se inscreveram...

Multiplica-se matrículas (achando que são alunos) por taxas de insucesso escolar anual e obtém-se não-inscritos?

Não se pode chegar a números certos se as premissas são absurdas...

Um exemplo para se entender um dos erros:

Vamos supor que 50 mil são as inscrições referentes à frequência de crianças e jovens nas escolas da RAM em cada ano. Considerando uma série de 10 anos, teremos 500 mil alunos... Quinhentos mil alunos? Mas na Madeira só temos 240 mil residentes...

Pois. Errado. Não se podem somar matrículas de anos diferentes pois o mesmo aluno tem matrículas sucessivas...

Somando matrículas de vários anos, e dar o resultado como alunos e partindo desse número para apurar percentagens, índices e outros valores só pode dar coisa má...

Mas a espiral continua:

Página 427

“29% dos jovens terminaram o Ensino Secundário com sucesso”

E porquê? É complicado e confuso, mas vamos tentar lá chegar. Diz a autora:

34.263 não se inscreveram ou não tiveram sucesso na Escola (já vimos como foi apurado este valor).

79.911 nunca se inscreveram (este valor é de cálculo misterioso).

Somando estes números chegou-se ao fatídico número de **114.174** jovens que nunca se inscreveram... (o insucesso já ficou pelo caminho).

Confuso, repetitivo, incongruente. Mesmo a partir de números (muito) errados...

Mas, continua a ser difícil descortinar de onde saiu o 29% de alunos que concluiu o Secundário. Aparentemente vem do Gráfico 5. Um “queijo” com dois valores 29 e 71... Pelo que daí, nada. Ou então virá dos 71% que não concluiu. E como se chega aí?

“Se 34.263 não se inscreveram ou não tiveram sucesso e 79.911 nunca se inscreveram então ... 114.174 nunca se inscreveram ou não tiveram sucesso, portanto 71% nunca terminaram o Secundário”. Vai daí só 29% o fizeram...

Confuso? Parece que 114.174 corresponderá a 71% da soma de 79.911 (nunca se inscreveram) com 82.881 (inscrições). Vai daí 162.729 são os jovens todos (lembremos da população da RAM). Pelo que os 29% que concluem o Secundário serão 48.618.

É aqui que se justifica uma paragem: será que ninguém que tenha lido este trabalho se apercebeu logo aqui da dimensão do erro? Afinal a Madeira terá 240 mil habitantes. Não terão achado estranho que 162.729 desses seus habitantes pudessem, entre 1997 e 2004, ter tido idade de frequentar e concluir o Secundário? Afinal, na página 423 deste mesmo estudo apurava-se que dos 15 aos 20 anos só havia, na RAM, 21.442 jovens...

A partir de números absurdos, de conceitos não apreendidos e de funções mirabolantes chegam-se a números totalmente falsos. Que andam na boca de todos como bons...

Claro que nenhum destes valores se aproxima, sequer, da realidade.

A partir daqui é a repetição dos erros por via da repetição dos procedimentos...

Página 428

Faz-se uma referência à situação de “frequência” encontrada em alguns alunos que frequentavam cursos de unidades capitalizáveis. Para quem sabe o que são estes cursos, facilmente se entende que não têm sucesso ou insucesso, tão só estarão em frequência antes de completo o número de unidades capitalizáveis ou terão completado o curso se o fizerem totalmente. Nada de mais.

Página 429

Faz-se uma referência à falta de quadros médios na RAM (o que até poderá ser uma realidade) com base no facto de haver mais conclusões no Ensino Secundário em comparação com as conclusões no Ensino Profissional. Como se o facto de haver menos formados em energia atómica do que em medicina nos pudesse dizer que havia falta de uns e excesso de outros. Se a conclusão até pode ser verdadeira, será por outros motivos (necessidades apuradas no mercado de emprego?) e não pelo indicado.

Página 431

Os gráficos apresentados, sem serem analisados conjuntamente com a população em idade de frequência não permitem as conclusões tiradas. Pois uma estabilização do número de matrículas numa situação de redução populacional corresponde a uma maior abrangência.

E variações pontuais anuais no número de matriculados não podem ter razões estruturais (emancipação da mulher, revolução de Abril ou até demografia). As razões para o pico no gráfico são menos misteriosas e prendem-se com decisões administrativas (tipo início ou fim de novas ou antigas modalidades de formação). Ou alguém duvidará que medidas como as Novas Oportunidades provocarão este tipo de movimento gráfico?

Página 432

Logo, o decréscimo abrupto poderá ter a ver com o fim dos cursos nocturnos por unidades capitalizáveis onde os alunos “em frequência” deixaram de constar, perdendo a sua oportunidade (que se arrastava) naquele ano.

(De salientar que continuam a proliferar no estudo, por estas páginas, os números equivocados, resultantes dos erros iniciais do capítulo)

A partir da **página 435**, várias vezes, apresentam-se gráficos de barras verticais com séries anuais de matrículas (igual número de alunos em cada ano) mas com uma (equivoca) barra final onde se somam as matrículas e dá-se o resultado como alunos. Como já se referiu atrás, a soma de matrículas só é igual a número de alunos em cada ano.

Página 453

As ofertas “parcas” (em relação ao resto do País) têm toda a justificação. Pois não se cria oferta para o desemprego. A estrutura produtiva na RAM não inclui indústria pesada, nem fábricas de mão-de-obra intensiva. Pelo que um grande número de formações técnicas justifica, dessa forma, a sua inexistência.

Página 454

As sugestões apontadas para criação de novas ofertas já aconteceram acontecem (todos os anos) e voltarão a acontecer no prazo devido. Em muitas escolas e há vários anos. Simplesmente, sendo a procura sempre reduzida há que tomar decisões. E quando não é, associa-se o facto de ser desaconselhável criar formação (turma anual) com saída para o desemprego...

A SREC está sempre aberta a todas as sugestões de formação que venham das Escolas. Infelizmente, muitas delas “morrem” à cabeça por falta de procura. Como é evidente e o estudo refere isso, não se justifica criar um curso com menos de 15 alunos que, eventualmente, possa ficar reduzido no seu final... É o exemplo trabalhado pela autora, no curso onde foi docente é típico.

Os cursos de nível III incluem os Tecnológicos que são ministrados nas Escolas Secundárias.

Os números do ensino profissionalizante estão mal lidos. O arranque dá-se no ano 1. Com alunos no 1º ano (ou 10º). No segundo ano já se acumulam os novos alunos no 1º ano com os do segundo (11º ano) que progrediram a partir do ano anterior (daí serem mais). E

no ano seguinte o processo entre na sua “velocidade de cruzeiro” com alunos nos 3 anos...

Outra má análise é a avaliação do sucesso e insucesso entre as duas ofertas (cursos via ensino e cursos profissionalizantes). Não são comparáveis. Porque os primeiros destinam-se a fazer seriação para o acesso a níveis superiores de ensino, enquanto o segundo atribui um diploma. A permeabilidade acontece frequentemente. Face a um insucesso no final do Secundário via ensino, o aluno passa para um curso profissionalizante onde, com as equivalências directas (disciplinas feitas no curso regular) termina sem problemas o curso profissional. Deixando (no seu rasto) um insucesso na via ensino e somando um sucesso no profissional. E distorcendo resultados inatingíveis pelos menos conhecedores.

O que nos leva às **páginas 456 e 457** e ao 13º ano. Que permitiu a permeabilidade indicada em cima. Que foi inovador na Madeira. Que permitiu formação em um ano (ao contrário do que diz a autora) pois as disciplinas nucleares estavam feitas (no curso via ensino já concluído), restando apenas a componente profissional por fazer e que era feito (mesmo) num ano. Pois os Cursos Tecnológicos diferenciavam-se dos Via Ensino em 1/3 do seu “volume” curricular, nas suas disciplinas técnicas.

A recomendação na **página 457**, valorizando a oferta das Escolas Profissionais Particulares (que dá como exemplo) é pratica recorrente nas Escolas da RAM desde há 10 anos para cá. Através dos Cursos Tecnológicos, primeiro e Técnicos depois. Os Cursos de Ensino-Aprendizagem culminam o processo.

Na **página 458** a autora fala em fala em “cegueira política”. E mais uma vez diz que ela existe devido aos números de alunos (apurados por ela e comprovadamente totalmente errados) que não termina o ensino Secundário da RAM. E apresenta uma série de questões na matéria. Será que corrigidos os números, altera este comentário e retira as questões?

Na **página 460** centra comentários no facto de se exigirem 15 alunos para a criação de uma turma de determinado curso profissionalizante nas Escolas Secundárias da RAM. Não se entende se concorda ou não com isso. Se contesta o não aparecimento de novas ofertas (pouco procuradas) ou se critica o desperdício de se iniciar um curso que, depois, termina com apenas uma mão cheia de alunos.

Daqui para a frente são feitas análises numéricas particulares a um curso profissionalizante em que a autora foi docente. Pelos vistos, não terá conseguido muito sucesso no seu trabalho pois poucos alunos terão chegado ao fim.

Na **Página 466** apresenta uma citação de José Gil onde pretende justificar a pouca procura pela formação na área das Humanidades no facto da democracia regional ser ainda imberbe... Sem mais comentários.

Ou será, comentamos nós, que essa pouca procura seja devida ao facto dessas formações, actualmente, conduzirem ao desemprego? E por isso, serem desmotivantes para os jovens, que acabam por não optar por elas, deixando os cursos desertos? Não será de considerar como boa essa decisão?

Conclusão: nesta avaliação procurou-se ser factual e directo. Contestaram-se os números obtidos (e agora, perante a informação publicada, também a forma como se terá chegado aos mesmos).

